



20 de novembro de 2023

INDICADORES ECONÓMICO-AMBIENTAIS – CONTA DE FLUXOS FÍSICOS DE ENERGIA  
2000-2021

## INTENSIDADE ENERGÉTICA MAIS BAIXA DESDE 2000

Em 2021, ano ainda afetado pelo impacto da pandemia COVID-19, a intensidade energética da economia (relação entre a utilização interna líquida de energia e o PIB a preços constantes) foi de 4,6 MJ/€ (-3,8% face a 2020), correspondendo ao valor mais baixo da série disponível, após quatro anos consecutivos a diminuir. Esta evolução reflete um aumento de 1,7% da utilização de energia, inferior à evolução positiva do PIB em termos reais (+ 5,7%).

A intensidade energética do setor das famílias (rácio entre a utilização interna líquida de energia pelas famílias e o consumo privado a preços constantes) seguiu a mesma tendência, reduzindo-se em 2,6%, como resultado de um aumento do consumo de produtos energéticos pelas famílias (+2,0%) inferior à evolução positiva verificada no consumo privado (+4,8%).

A produção de eletricidade com origem renovável aumentou 5,1%, devido sobretudo à maior utilização de energia solar (+20,0%), de madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida e carvão vegetal (+10,8%) e eólica (+7,5%). A contribuição das energias renováveis para a produção de eletricidade foi de 52,9% (máximo do período 2000-2021), em resultado do efeito conjugado da redução da utilização de fontes fósseis como o carvão (-66,6%) e o gás natural (-11,8%) com o aumento de utilização de fontes renováveis. Para este efeito contribuiu, adicionalmente, o encerramento, em 2021, das duas últimas centrais de produção de eletricidade a carvão em Portugal.

Em 2020, último ano com informação disponível para a UE, Portugal foi o Estado Membro com a terceira mais baixa intensidade energética da economia.

---

O INE divulga os principais resultados da Conta de Fluxos Físicos de Energia (CFFE) para 2021, apresentando ainda dados revistos para o período 2000 a 2020. No Portal do INE, na área de divulgação das [Contas Nacionais \(CN\)](#), é disponibilizada informação mais detalhada.

### 1. Principais fluxos físicos energéticos na economia nacional

A CFFE compreende três tipos de fluxos físicos de energia: Recursos energéticos naturais (fluxos do ambiente para a economia), Produtos energéticos (fluxos de bens e serviços energéticos resultantes de importações e da atividade económica) e Resíduos energéticos (fluxos resultantes de importações e da atividade económica que retornam ao ambiente ou são recuperados do ambiente).



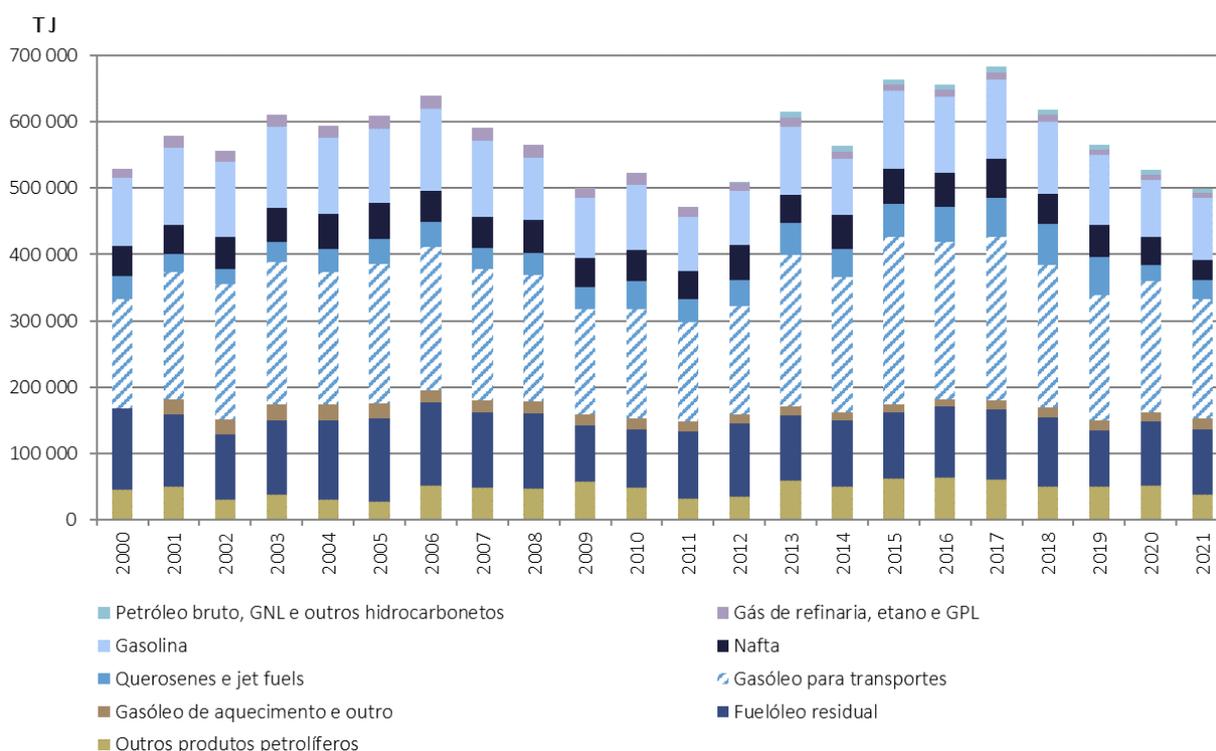
As utilizações energéticas dividem-se em utilizações para transformação em novos fluxos energéticos e em consumo final.

### 1.1. Fluxos energéticos utilizados na transformação em novos fluxos de energia

As utilizações energéticas na transformação de novos fluxos de energia são essencialmente para assegurar a obtenção de produtos petrolíferos e para a produção de eletricidade.

Em 2021, as utilizações energéticas na atividade da Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados diminuíram 5,3% face a 2020, acentuando o decréscimo verificado desde 2017 quando registou o valor máximo da série em análise. Para esta redução foram determinantes os decréscimos na produção de nafta (-27,7%), outros produtos petrolíferos (-27,4%) e gasóleo para transportes (-8,1%).

Figura 1. Evolução do fornecimento de produtos de petróleo, pelo ramo da Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados



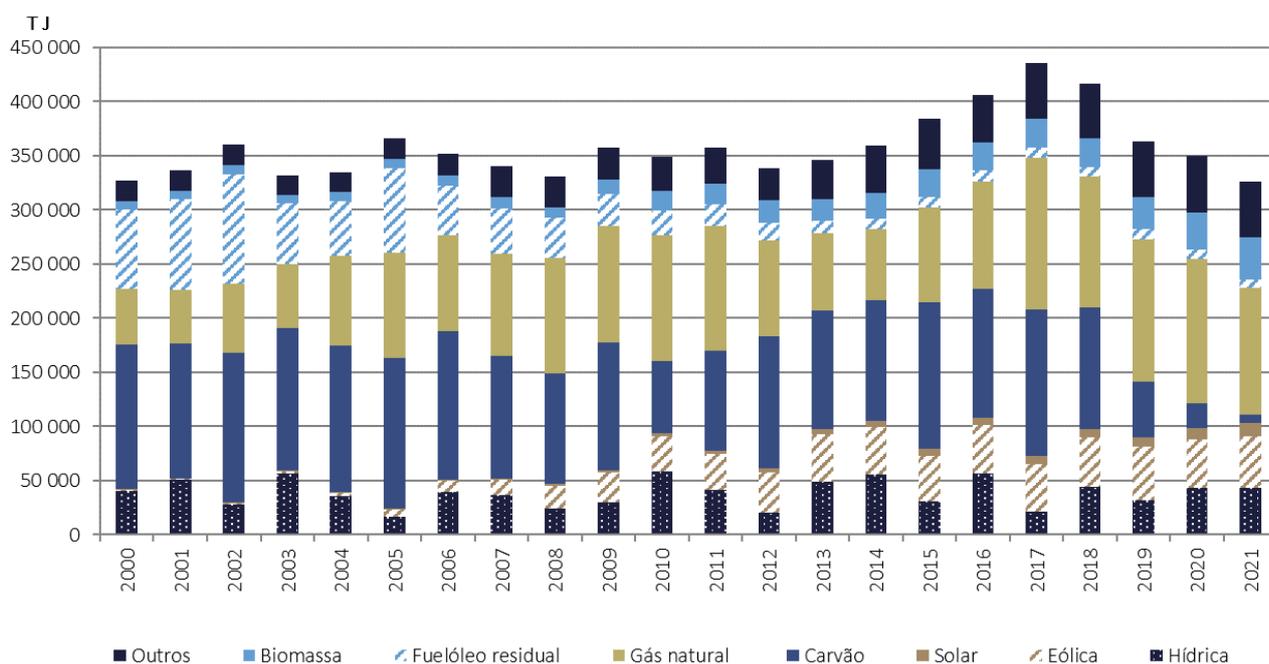
Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))



A composição dos fluxos físicos de energia para o ramo da Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio é fortemente condicionada pela pluviosidade e, mais recentemente, também pelo vento, dada a crescente relevância das energias renováveis na produção de eletricidade.

As utilizações energéticas deste ramo de atividade diminuíram 6,6% em 2021 face a 2020, apresentando o valor mínimo desde 2000. O aumento de 5,1% da produção de energia com origem renovável<sup>1</sup> deveu-se, principalmente, ao acréscimo da utilização de energia solar (+20,0%), de madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida e carvão vegetal (+10,8%) e eólica (+7,5%). A contribuição de energias renováveis para a produção de eletricidade foi de 52,9% (+ 5,9 p.p., face a 2020), em resultado do efeito conjugado da redução da utilização de fontes fósseis como carvão (-66,6%) e gás natural (-11,8%) com o aumento de utilização de fontes de energias renováveis. Para este aumento contribuiu o encerramento, em 2021, das duas últimas centrais de produção de eletricidade a carvão (central de Sines terminou a sua atividade de produção de eletricidade em janeiro e a central do Pego em novembro).

Figura 2. Utilização de fluxos energéticos no ramo da produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio



Fonte: INE (Conta de Fluxos Físicos de Energia)

<sup>1</sup> Conjunto dos recursos energéticos naturais, produtos energéticos (madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida, carvão vegetal e biogás) e resíduos energéticos renováveis.



Quadro 1. Evolução dos fluxos energéticos utilizados na transformação em energia elétrica

Fluxos Energéticos	Média anual 2000-21	2020	2021	Taxa de variação	
				2021 / Média 2000-21	2021/2020
	TJ			%	
<b>RECURSOS ENERGÉTICOS NATURAIS</b>					
Recursos hídricos renováveis	38.904	43.497	42.867	10,2	-1,4
Recursos eólicos renováveis	27.004	44.275	47.576	76,2	7,5
Recursos solares renováveis	4.132	10.392	12.470	201,8	20,0
Recursos renováveis da biomassa	164	425	453	176,3	6,7
Outros recursos naturais renováveis	9.998	20.127	19.314	93,2	-4,0
<b>PRODUTOS ENERGÉTICOS</b>					
Carvão	107.296	23.282	7.765	-92,8	-66,6
Gás natural (sem biocomponentes)	94.882	132.943	117.222	23,5	-11,8
Gasóleo para transportes (sem biocomponentes)	905	646	628	-30,6	-2,7
Fuelóleo residual	33.588	8.574	8.165	-75,7	-4,8
Gás de refinaria, etano e GPL	926	839	1.850	99,8	120,6
Madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida, carvão vegetal	18.217	34.625	38.356	110,5	10,8
Biogás	1.690	3.168	3.349	98,2	5,7
<b>RESÍDUOS ENERGÉTICOS</b>					
Resíduos renováveis	5.796	7.711	8.165	40,9	5,9
Resíduos não renováveis	4.004	3.792	4.071	1,7	7,4
<b>Total</b>	<b>347.505</b>	<b>334.296</b>	<b>312.251</b>	<b>-10,1</b>	<b>-6,6</b>
<b>Por memória:</b>					
Origem renovável	105.922	164.260	172.602	63,0	5,1
Origem não renovável	241.583	170.036	139.649	-42,2	-17,9

Fonte: INE (Conta de Fluxos Físicos de Energia)



## 1.2. Utilizações de fluxos energéticos para usos finais

Os usos finais de fluxos energéticos são efetuados pelos ramos de atividade económica, na produção de bens e serviços energéticos e não energéticos, e pelo setor das famílias, em consumo final.

Nos ramos de atividade económica, entre 2020 e 2021, há a salientar:

- o aumento em 4,4% da utilização de energia;
- os aumentos nas utilizações de Biocombustíveis líquidos (+38,1%), Gasolina (sem biocomponentes) (+19,9%) e Gás natural (sem biocomponentes) (+12,1%), verificando-se, em sentido oposto, uma redução na utilização de Calor (-6,6%) e de Gás de refinaria, etano e GPL (-4,0%).

Quadro 2. Utilizações finais de fluxos energéticos pelos ramos de atividade

Fluxos Energéticos	Média anual 2000-21	2020	2021	Taxa de variação	
				2021 / Média 2000-21	2021/2020
				TJ	%
<b>PRODUTOS ENERGÉTICOS</b>					
Gás natural (sem biocomponentes)	56.141	64.130	71.904	28,1	12,1
Gasolina (sem biocomponentes)	10.388	5.947	7.129	-31,4	19,9
Gasóleo para transportes (sem biocomponentes)	145.552	116.417	126.030	-13,4	8,3
Gás de refinaria, etano e GPL	16.544	23.609	22.667	37,0	-4,0
Madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida, carvão vegetal	50.590	43.644	42.200	-16,6	-3,3
Biocombustíveis líquidos	5.561	7.589	10.477	88,4	38,1
Eletricidade	138.341	136.834	139.692	1,0	2,1
Calor	23.436	41.418	38.681	65,0	-6,6
<b>TOTAL</b>	<b>446.554</b>	<b>439.587</b>	<b>458.780</b>	<b>2,7</b>	<b>4,4</b>

Fonte: INE (Conta de Fluxos Físicos de Energia)



No setor das famílias, entre 2020 e 2021, destaca-se:

- o aumento da utilização de energia em 2,1%;
- os aumentos nas utilizações de Eletricidade (+4,6%), Gasóleo para transportes (sem biocomponentes) (+3,9%) e Gasolina (sem biocomponentes) (+2,4%), verificando-se, em sentido oposto, uma redução na utilização de Gás de refinaria, etano e GPL (-12,6%).

Quadro 3. Utilizações finais de fluxos energéticos pelo setor das famílias

Fluxos Energéticos	Média anual 2000-21	2020	2021	Taxa de variação	
				2021 / Média 2000-21	2021/2020
				TJ	%
<b>PRODUTOS ENERGÉTICOS</b>					
Gás natural (sem biocomponentes)	9.539	12.336	12.006	25,9	-2,7
Gasolina (sem biocomponentes)	51.080	32.230	33.002	-35,4	2,4
Gasóleo para transportes (sem biocomponentes)	48.761	46.446	48.267	-1,0	3,9
Gás de refinaria, etano e GPL	23.077	17.577	15.364	-33,4	-12,6
Madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida, carvão vegetal	39.304	32.577	32.711	-16,8	0,4
Biocombustíveis líquidos	2.342	3.304	4.638	98,1	40,4
Eletricidade	46.118	49.199	51.464	11,6	4,6
Calor	4.957	13.246	13.905	180,5	5,0
<b>TOTAL</b>	<b>225.177</b>	<b>206.917</b>	<b>211.357</b>	<b>-6,1</b>	<b>2,1</b>

Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))



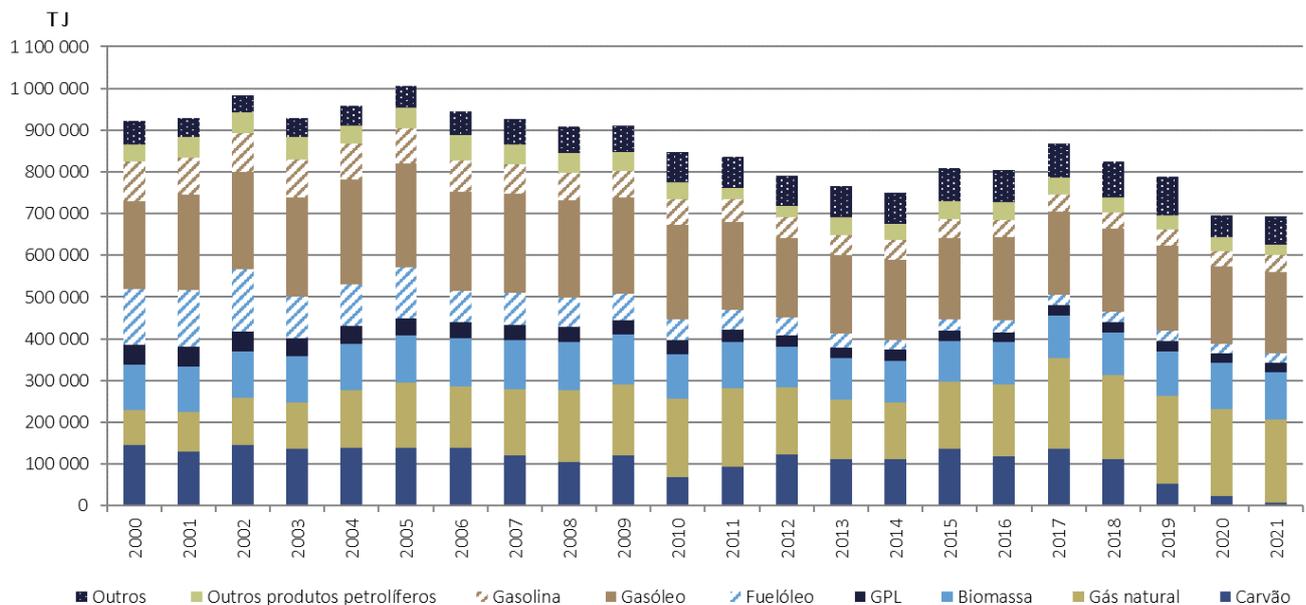
## 2. Utilizações energéticas relevantes para as emissões de gases poluentes e de partículas para a atmosfera

As utilizações energéticas relevantes para as emissões são aquelas que, na sequência da produção e consumo (principalmente nos processos de combustão), originam emissões de gases poluentes e de partículas para a atmosfera.

Em 2021, os dois fluxos físicos de energia que mais contribuíram para estas emissões foram o Gás natural (29,7%) e o Gasóleo (26,4%), tendo-se observado uma diminuição de 0,5% no total destas emissões face ao ano anterior, em sentido contrário ao aumento da utilização interna líquida de energia (+1,7%), o que evidencia o recurso a fontes de energia menos poluentes.

Deve-se salientar que a diminuição destas utilizações energéticas ocorre pelo quarto ano consecutivo, tendo em 2021 atingido o valor mínimo da série.

Figura 3. Evolução do total das utilizações energéticas relevantes para as emissões



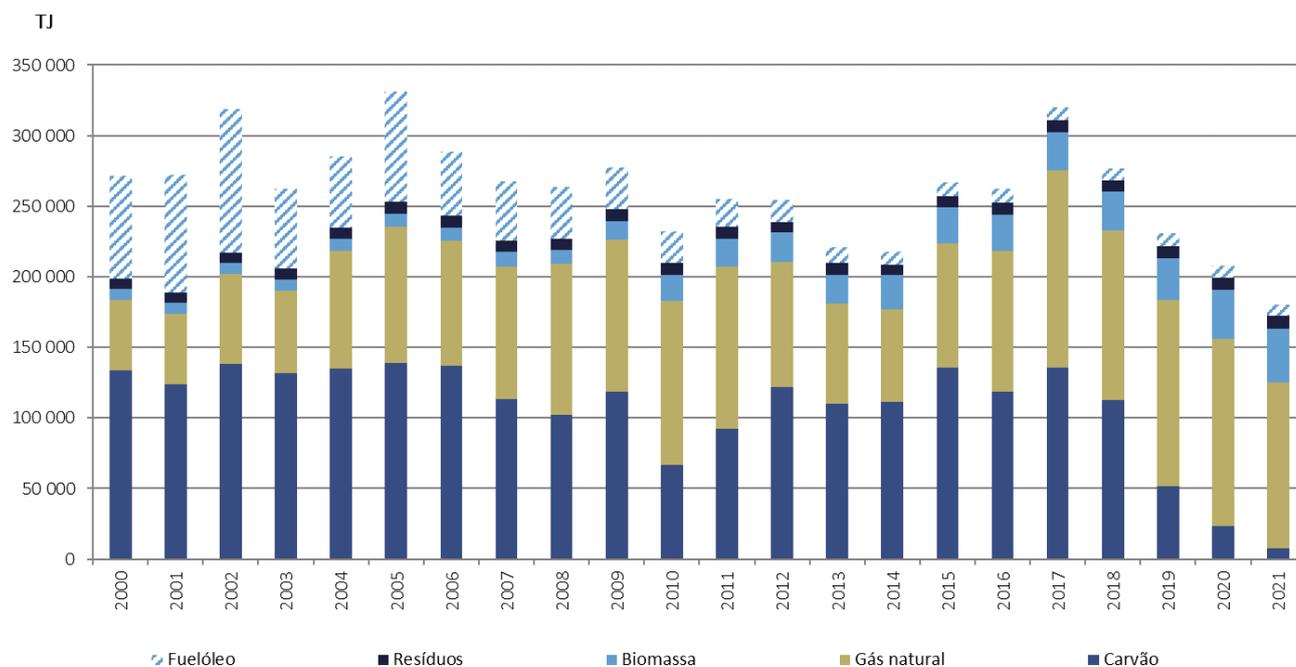
Fonte: INE (Conta de Fluxos Físicos de Energia)



As utilizações energéticas mais relevantes para as emissões associadas à produção e distribuição de eletricidade diminuíram 13,2%, a que acresce o menor recurso a combustíveis fósseis para a produção de eletricidade (diminuição de 66,6% na utilização de carvão) e o aumento da produção por fontes renováveis.

A diminuição das utilizações energéticas relevantes para as emissões pela produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio ocorre desde 2018, constituindo o valor de 2021 o mínimo da série temporal em análise.

Figura 4. Utilizações energéticas relevantes para as emissões pela produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (D)

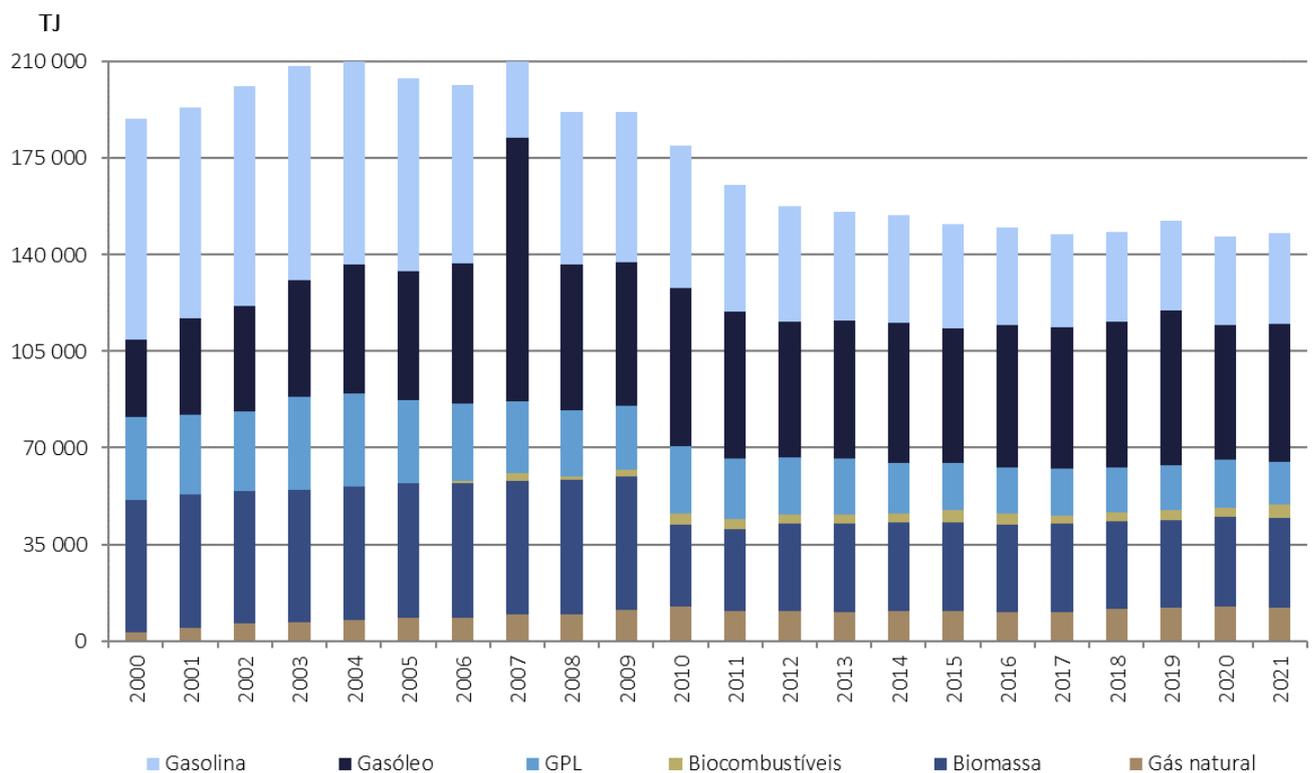


Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))



As utilizações energéticas relevantes para as emissões pelo setor das famílias aumentaram 0,9%, resultando, em grande parte, do acréscimo do consumo de gasóleo (+3,4%) e gasolina (+2,4%). Estes dois fluxos energéticos representaram, em 2021, 56,3% do total das utilizações energéticas relevantes para as emissões pelo setor das famílias (55,1% em 2020).

Figura 5. Utilizações energéticas relevantes para as emissões pelo setor das famílias



Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))



### 3. Indicadores-chave

A CFFE permite calcular um conjunto de indicadores-chave de acompanhamento do setor, apresentados no quadro seguinte (alguns já referenciados anteriormente).

A extração de recursos energéticos naturais (recursos endógenos) aumentou 2,7% em 2021, 36,1% superior à média observada no período em análise. A utilização de resíduos para fins energéticos diminuiu 1,0% face ao ano anterior, representando, ainda assim, um valor 20,7% superior à média da série temporal em análise.

Quadro 4. Evolução dos indicadores-chave da conta de fluxos físicos de energia

Indicadores	Média anual 2000-21	2020	2021	Taxa de variação	
				2021 / Média 2000-21	2021/2020
				%	
Extração de recursos energéticos naturais	171.190	226.816	233.020	36,1	2,7
Produção interna de produtos energéticos	928.511	938.457	903.579	-2,7	-3,7
Consumo intermédio de produtos energéticos	1.504.934	1.329.813	1.300.494	-13,6	-2,2
Consumo de produtos energéticos pelas famílias	227.657	209.680	213.977	-6,0	2,0
Utilização de resíduos para fins energéticos	48.937	59.696	59.073	20,7	-1,0
Utilização interna líquida de energia	1.030.177	891.524	907.049	-12,0	1,7
Utilização interna líquida de energia para fins energéticos	957.884	841.920	854.385	-10,8	1,5
Utilização interna líquida de energia para fins não-energéticos	72.293	49.604	52.664	-27,2	6,2
Total de entradas / saídas de energia	2.001.136	1.883.847	1.865.490	-6,8	-1,0

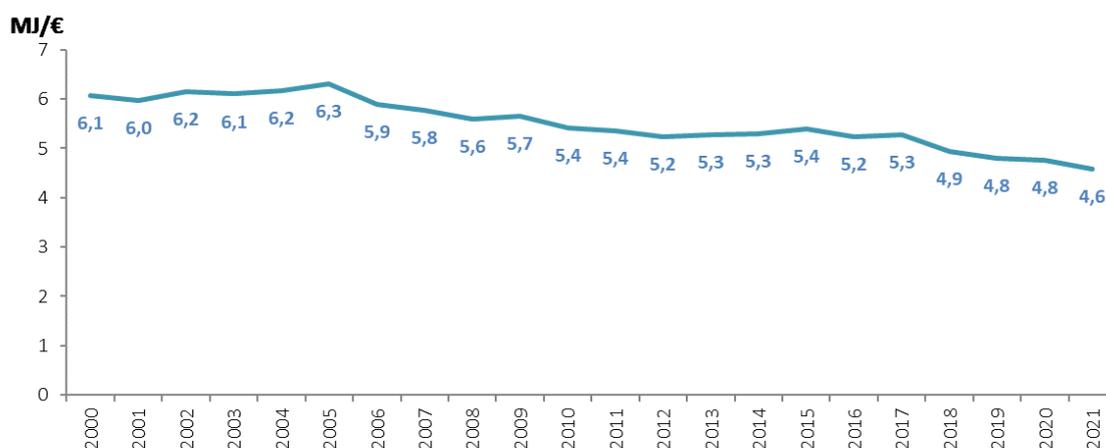
Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))



A CFFE permite ainda conjugar variáveis energéticas físicas com variáveis socioeconómicas e obter indicadores de relação entre a energia, a economia e o ambiente. Neste contexto, em 2021, destaca-se:

- a diminuição em 3,8% da intensidade energética da economia (rácio entre a utilização interna líquida de energia e o PIB a preços constantes), refletindo o aumento de 1,7% da utilização de energia, inferior à variação positiva de 5,7% do PIB em termos reais, o que se traduz num mínimo no período em análise;

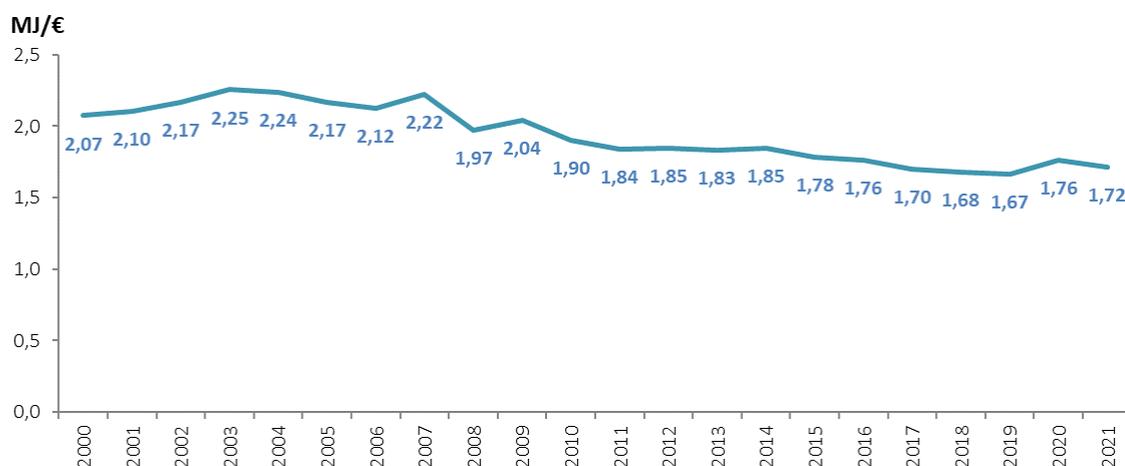
Figura 6. Evolução da intensidade energética da economia



Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#); [Contas Nacionais - Quadro A.1.1.6](#)).

- a diminuição em 2,6% da intensidade energética do setor das famílias (rácio entre a utilização interna líquida de energia pelas famílias e o consumo privado a preços constantes), resultante do aumento do consumo de produtos energéticos (+2,0%) inferior ao crescimento do consumo privado (+4,8%);

Figura 7. Evolução da intensidade energética do setor das famílias



Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#); [Contas Nacionais - Quadro A.1.2.1.6](#)).



- o aumento da dependência energética (rácio entre as importações líquidas de energia e a utilização interna líquida de energia) em 1,3 p.p. (65,6%), interrompendo a tendência decrescente observada nos três anos anteriores;

Figura 8. Evolução da dependência energética

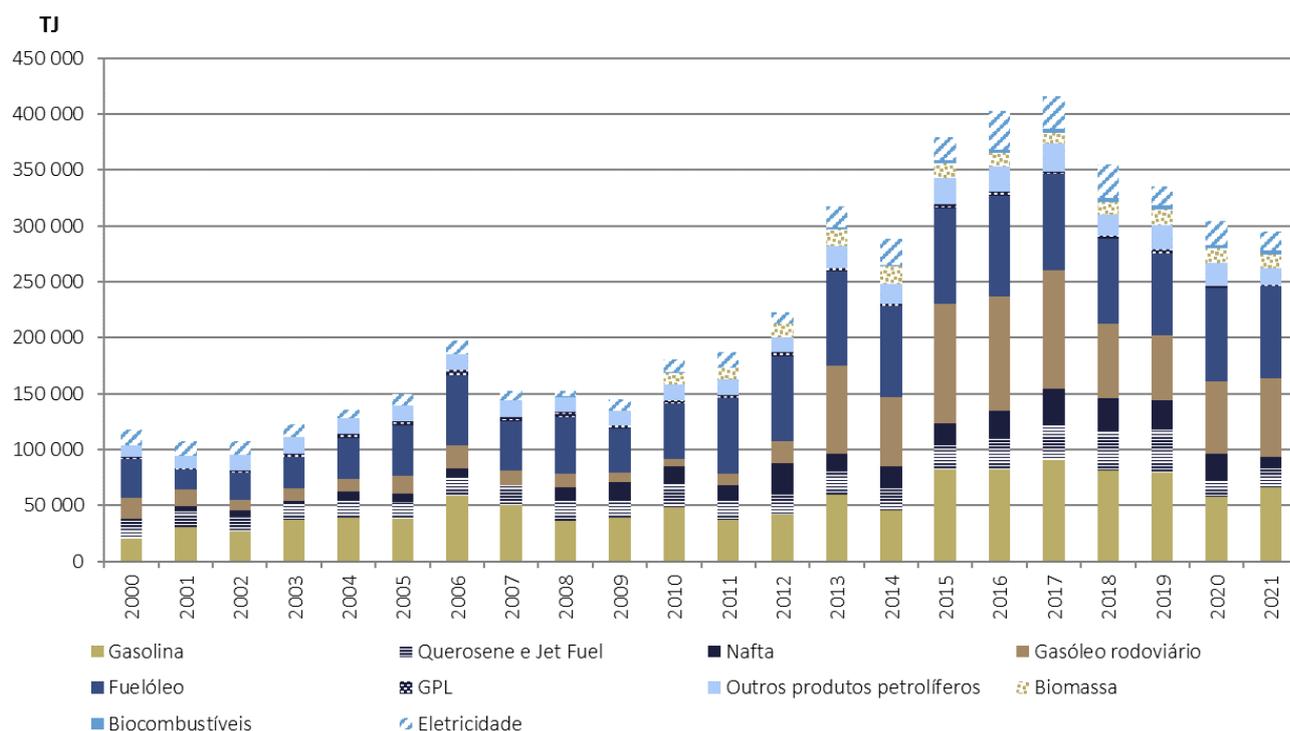


Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))



- o decréscimo das exportações de fluxos energéticos (-3,2%), pelo quarto ano consecutivo. Esta evolução reflete a diminuição das exportações de eletricidade (-21,4%) e de produtos petrolíferos (-1,6%), designadamente nafta (-59,3%) e outros produtos petrolíferos (-29,2%). Destaca-se, no sentido oposto, o aumento das exportações de gasolina (+14,1%) e gasóleo rodoviário (+8,6%).

Figura 9. Evolução das exportações de fluxos energéticos



Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))

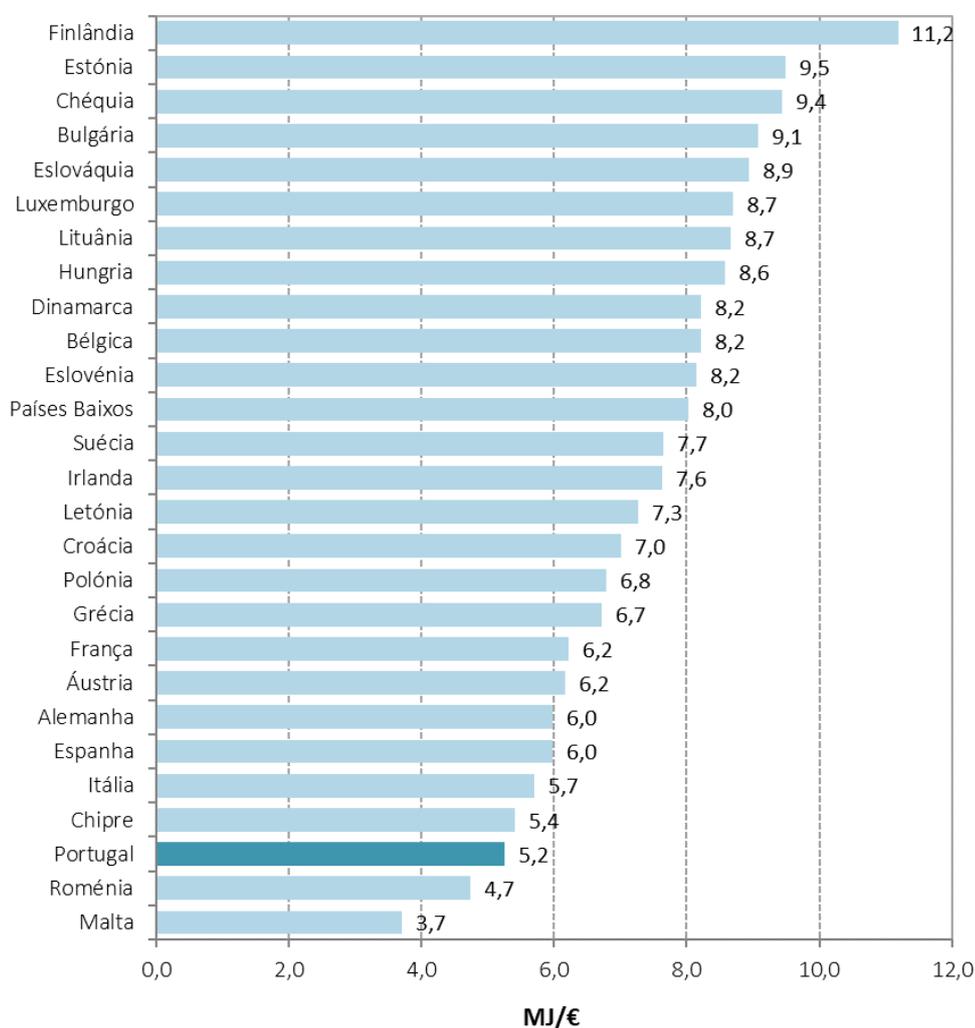


#### 4. Comparações no contexto da União Europeia (UE)

Os indicadores de intensidade energética encontram-se relacionados com a estrutura produtiva, rendimento e fatores climáticos de cada país.

Em 2020, último ano com informação disponível para a UE, Portugal foi o Estado Membro (EM) com a terceira mais baixa intensidade energética<sup>2</sup>.

Figura 10. Intensidade energética da economia na UE, em 2020



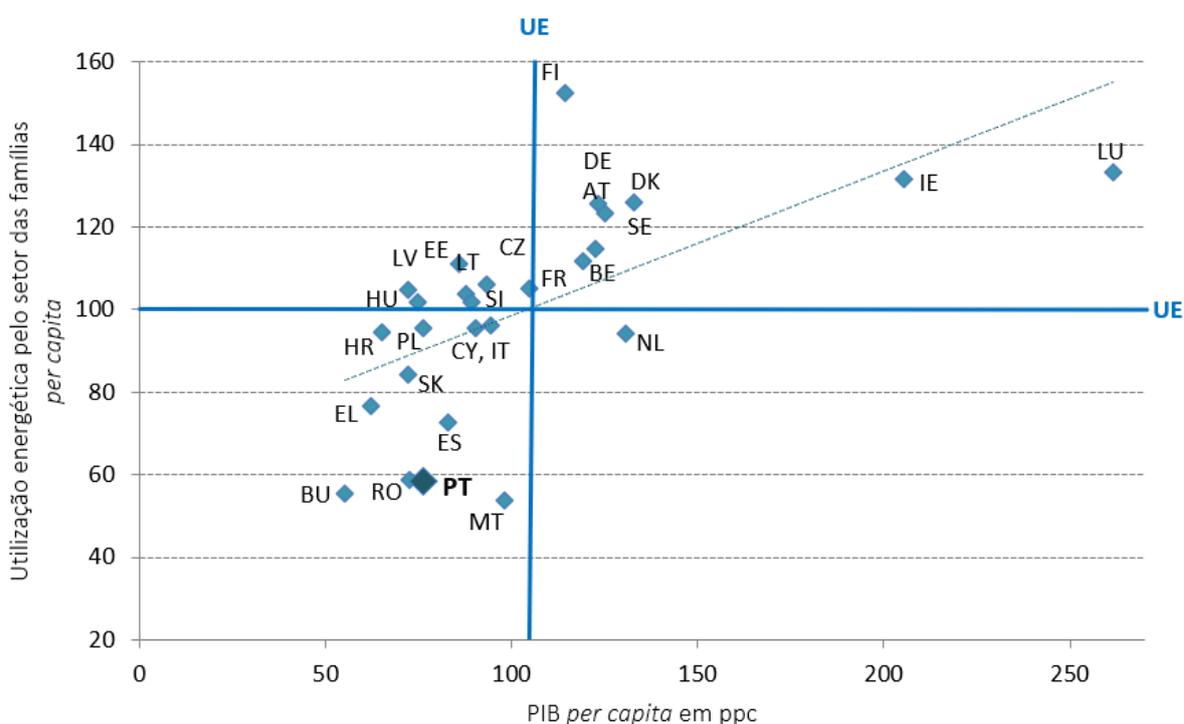
Fonte: Eurostat ([Purchasing power parities \(PPPs\), price level indices and real expenditures for ESA 2010 aggregates \(prc\\_ppp\\_ind\)](#); [Physical energy flow accounts totals bridging to energy balances totals \(env\\_ac\\_pefa05\)](#))

<sup>2</sup> Para efeitos de comparabilidade internacional, a intensidade energética corresponde à relação entre a utilização interna líquida de energia e o PIB em paridades de poder de compra (ppc).



Comparando a utilização energética no setor das famílias *per capita* com o PIB *per capita* em ppc, constata-se que alguns dos EM com menor PIB *per capita* em ppc registam também menor utilização de energia pelo setor das famílias (Bulgária e Roménia). Portugal e Malta, apesar de apresentarem níveis superiores de PIB *per capita* em ppc, possuem também uma reduzida utilização energética pelo setor das famílias, a que não será alheio o facto de as condições climáticas serem mais favoráveis.

Figura 11. Relação entre o PIB *per capita* em ppc e a utilização energética pelo setor das famílias, *per capita*, em países da UE27, em 2020 (UE27=100)



Fonte: Eurostat ([Key indicators of physical energy flow accounts by NACE Rev. 2 activity \[env\\_ac\\_pefa04\]](#); [Purchasing power adjusted GDP per capita \[SDG\\_10\\_10\]-Index \(EU27 = 100\)](#)).



## NOTA METODOLÓGICA

A Conta de Fluxos Físicos de Energia (CFFE) integra o Sistema de Contas Económicas Europeias do Ambiente (SCEA) das Nações Unidas e é um dos módulos de transmissão obrigatória, desde 2017, para cumprimento do Regulamento (UE) N.º 691/2011 e alterações subsequentes pelo Regulamento (UE) N.º 538/2014. As contas do ambiente foram desenvolvidas em interligação com o sistema central das Contas Nacionais (CN), tendo como objetivo obter informação para a relação entre o ambiente e a economia. Constituem um sistema de contas satélite que apresenta informação ambiental num formato compatível com a informação das CN, possibilitando uma análise integrada.

Os dados económicos agregados referem-se aos dados das CN, complementados com informação mais detalhada por ramo de atividade, com as respetivas nomenclaturas associadas, nomeadamente a CAE Rev.3.

O SCEA tem subjacente o reconhecimento de que alguns fluxos que entram na economia provêm do ambiente e que, em consequência da produção, do consumo e da acumulação de produtos, ocorre uma nova gama de fluxos físicos, que podem resultar em materiais e energia que retornam ao ambiente. Estabelece o Quadro Físico de Recursos e Utilizações (QFRU) como referência para todas as contas de fluxos físicos (materiais, água e energia).

A organização do QFRU é semelhante à do Quadro de Equilíbrio de Recursos e Utilizações (QERU), em fluxos monetários, utilizado na Contabilidade Nacional. A grande diferença consiste na adição da coluna “Ambiente”. Neste caso, pela lei da conservação da massa e da energia, pela contabilização (i) do ambiente enquanto “agente energético”, (ii) dos resíduos energéticos e (iii) da variação líquida de stocks acumulados na economia, verifica-se a igualdade entre recursos e utilizações, de todos os fluxos físicos individuais no sistema.

O conceito de QFRU estabelece um sistema contabilístico que permite o registo completo e consistente dos fluxos físicos: do ambiente para a economia, no âmbito da economia e da economia para o ambiente.

O QFRU apresenta, em linha, os fluxos físicos de energia, agrupados e classificados de modo sugerido pelo SCEA, em grupos de fluxos físicos de três tipos genéricos:

- Recursos energéticos naturais - são fluxos físicos do ambiente para a economia. Constituem todas as entradas físicas deslocadas do meio ambiente (como os recursos minerais energéticos) ou que são diretamente incorporadas nos processos de produção económica (como o sol ou o vento);
- Produtos energéticos - são bens e serviços que resultam de uma atividade económica (produzidos a nível nacional ou importados). O âmbito dos produtos incluídos nas contas de fluxos físicos é normalmente limitado aos produtos com valor monetário. Subdividem-se em produtos energéticos primários (os que são produzidos diretamente a partir da extração ou captura de recursos energéticos do ambiente) e produtos energéticos secundários (resultantes da transformação de produtos energéticos, primários ou secundários, em novos produtos energéticos). Os produtos energéticos podem ser utilizados para fins não energéticos (ex.: produtos petrolíferos utilizados na produção de asfaltos, de lubrificantes ou de plásticos);
- Resíduos energéticos - são fluxos de materiais sólidos, líquidos e gasosos, e de energia, derivados da atividade económica, do consumo final das famílias ou de processos de acumulação, que retornam ao ambiente ou são recuperados do ambiente. Incluem os resíduos renováveis e não renováveis, a libertação de energia (perdas energéticas) de todo o tipo, (durante a extração, distribuição, armazenagem e



transformação, assim como o calor dissipado nas utilizações finais) e a energia incorporada nos produtos de utilização não energética (ex.: plásticos).

Em coluna, o QFRU apresenta cinco categorias de fluxos que indicam as origens (recursos) ou os destinos (utilizações) dos fluxos físicos:

- Produção - subdividida pelas atividades produtivas de acordo com a Classificação das Atividades Económicas (CAE Rev.3) a um nível de agregação A64;
- Atividades de consumo - divididas em três subclasses de consumo final das famílias (transporte, climatização e outras);
- Acumulação - variações de *stocks* físicos de ativos fixos e de existências de produtos e resíduos energéticos na economia;
- Resto do mundo - regista os fluxos de produtos importados (recursos) e exportados (utilizações);
- Ambiente - fluxos do ambiente e resíduos energéticos recuperados do ambiente, assim como os fluxos de resíduos para o ambiente.

O princípio de residência é uma importante convenção de contabilidade nas CN que necessita, igualmente, de ser retido nas Contas do Ambiente. É importante notar que a CFFE, tal como as CN, segue o princípio de residência, enquanto as estatísticas da energia e a informação de base subjacente seguem o princípio do território. Para compilar a CFFE são necessários ajustamentos que tenham em conta as diferenças entre os princípios de território e de residência, com particular atenção ao abastecimento de fluxos energéticos por residentes fora do território nacional, e por não residentes em território nacional, designadamente para utilização em transportes e nas atividades turísticas.

Os aspetos e explicitações de natureza metodológica indispensáveis à operacionalização e compreensão da compilação da CFFE estão disponíveis nas “*Notas Metodológicas - Conta de Fluxos Físicos de Energia*” no [Portal do INE](#).



## REVISÕES

A série disponibilizada incorpora a revisão dos questionários de energia do Eurostat/AIE, fornecidos àquelas entidades pela DGEG, bem como informação relativa à nova base das CN Portuguesas (Base 2016).

Nesta edição foi aperfeiçoada a integração do modelo da OCDE ([OECD.Stat - Air Transport CO2 Emissions](#)) como fonte de informação para o ajustamento do princípio de residência no transporte aéreo. Esta opção foi tomada por se considerar uma solução técnica metodologicamente sólida, por permitir obter dados desagregados por tipo de voo comparáveis para todos os estados-membros da UE e por seguir orientações do Eurostat.

Adicionalmente, foi revista a distribuição da utilização de fluxos energéticos pelas famílias, com a incorporação dos dados do Inquérito ao Consumo de Energia no Setor Doméstico (INE/DGEG).

Deste modo, com a divulgação dos dados referentes a 2021 das CFFE, o INE procede a uma revisão dos dados relativos aos anos anteriores que afetam sobretudo o consumo de produtos energéticos pelas famílias. Os impactos dessas revisões nos indicadores-chave mais relevantes das CFFE estão sintetizados no quadro seguinte:

Quadro 5 – Revisões dos indicadores-chave

	2000-2020	2019	2020
Extração de recursos energéticos naturais	0,0%	0,0%	0,0%
Produção interna de produtos energéticos	0,0%	0,0%	0,0%
Consumo intermédio de produtos energéticos	0,0%	-0,1%	-0,1%
Consumo de produtos energéticos pelas famílias	0,6%	1,5%	0,3%
Utilização de resíduos para fins energéticos	0,0%	0,0%	0,0%
Utilização interna líquida de energia	0,1%	0,1%	-0,1%
Total de entradas / saídas de energia	0,0%	0,1%	-0,1%



## SIGLAS E DESIGNAÇÕES

AIE – Agência Internacional de Energia

CAE Rev. 3 - Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3

CFFE - Conta de Fluxos Físicos de Energia

CN - Contas Nacionais

DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia

EM – Estado Membro

GJ - Gigajoule

GPL – Gás de Petróleo Liquefeito

INE – Instituto Nacional Estatística, I.P.

MJ - Megajoule

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIB - Produto Interno Bruto

ppc - paridades de poder de compra

p.p. – pontos percentuais

QERU - Quadro de Equilíbrio de Recursos e Utilizações

QFRU - Quadro Físico de Recursos e Utilizações

SCEA - Sistema de Contas Económicas Europeias do Ambiente

TJ - Terajoule

UE – União Europeia

---

**Data do próximo destaque anual** - 22 de novembro de 2024

---